



Relatório da 2ª edição do workshop

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PELA AMAZÔNIA

IMPULSIONANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BELÉM

Brasília, 9 de abril de 2026

Relatório da 2ª edição do workshop

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PELA **AMAZÔNIA**

IMPULSIONANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BELÉM

Brasília, 9 de abril de 2026

REALIZAÇÃO: Plataforma CIPÓ e Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ)

APOIO: Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República do Brasil e Parlamento Amazônico (PARLAMAZ)

TEXTO: Pernille Madsen

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO: Marília Closs, Nycolas Candido, Viviana Porto e Valentina Calado Pompermaier

DIREÇÃO DE PESQUISA: Maiara Folly

DIAGRAMAÇÃO E ARTE: Coletivo Piu

ILUSTRAÇÕES E IDENTIDADE VISUAL: Julhy Van Den Berg



Resumo Executivo

A Amazônia encontra-se em um ponto de inflexão: os instrumentos de cooperação regional estão, em grande medida, estabelecidos, e o desafio central passa a ser sua implementação efetiva e sua tradução em resultados concretos nos territórios. Enfrentar esse desafio exige fortalecer a coordenação regional, ampliar o financiamento em escala e assegurar que as soluções alcancem efetivamente os territórios e populações que vivem na Amazônia.

Nesse contexto, a 2ª edição do workshop Cooperação Internacional pela Amazônia: impulsionando a implementação da Declaração de Belém teve como objetivo avaliar o estado atual da cooperação pan-amazônica, identificar avanços e desafios na implementação das agendas recentes e apontar caminhos para fortalecer sua efetividade. O workshop foi co-organizado pela Plataforma CIPÓ e pela Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), com apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República do Brasil e do Parlamento

Amazônico (PARLAMAZ). Este relatório sintetiza os principais resultados do evento, reunindo contribuições de representantes de governos, organizações regionais, instituições financeiras, academia e sociedade civil.

As discussões revelaram uma forte convergência em torno dos principais desafios e prioridades da agenda amazônica. Os participantes compartilham a necessidade de dar centralidade à floresta para a estabilidade climática global e de conciliar conservação ambiental, desenvolvimento econômico e justiça social na região.

O diagnóstico coletivo aponta para um descompasso entre os compromissos assumidos e os resultados alcançados. Apesar dos avanços no plano político e na criação de instrumentos institucionais, financeiros e técnicos, o principal desafio passa a ser a capacidade de implementação em escala, de forma coordenada e com impacto concreto nos territórios.

Para responder a esses desafios, destaca-se a necessidade de:

- * fortalecer a capacidade institucional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para que possa exercer plenamente seu papel de coordenação regional;
- * ampliar o acesso a financiamento por parte de atores locais, com mecanismos mais previsíveis, acessíveis e alinhados às realidades territoriais;
- * impulsionar o papel central de governos subnacionais, povos indígenas e comunidades tradicionais e locais e sociedade civil na implementação das políticas no território;
- * integrar diferentes formas de conhecimento (científico e indígena, tradicional e local) na formulação e execução de políticas públicas;
- * fortalecer a cooperação regional de forma gradual, conciliando ambição e pragmatismo diante das assimetrias entre países;
- * promover maior articulação entre dados, conhecimento e políticas públicas.

Com base nesses elementos, o relatório propõe um conjunto de recomendações voltadas à implementação da agenda

amazônica no curto e médio prazo. Tais recomendações, incluem:

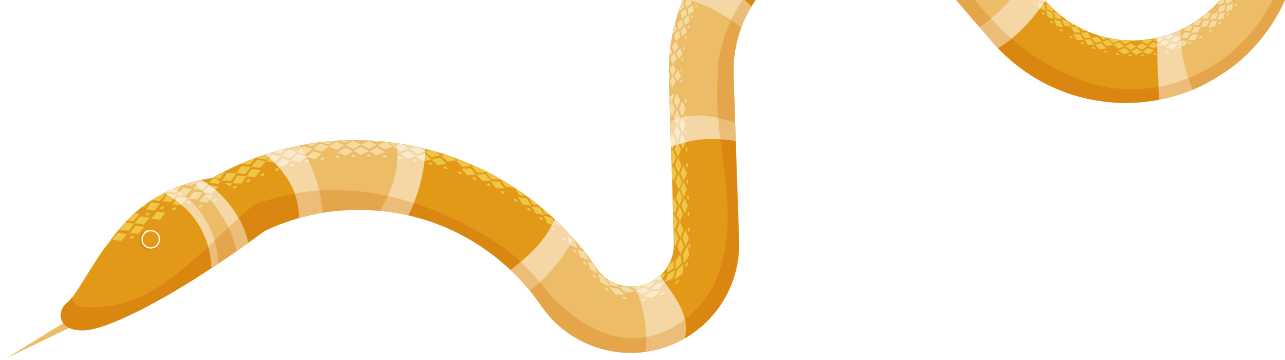
- * Preparar a VI Cúpula da Amazônia de 2027 com resultados concretos de implementação.
- * Ratificar a emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica que formaliza a Reunião de Presidentes como instância máxima.
- * Avançar na autonomia financeira da OTCA para assegurar sua capacidade de coordenação frente à ampliação da agenda regional.
- * Definir, até o final de 2026, os critérios nacionais de acesso ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre (Tropical Forest Forever Facility – TFFF, em inglês) para povos indígenas e comunidades tradicionais e locais.
- * Fortalecer a articulação interministerial, assegurando maior coerência entre políticas nacionais e compromissos regionais.
- * Estabelecer e/ou reativar mecanismos nacionais de coordenação da agenda amazônica.
- * Ampliar o apoio institucional e financeiro a governos subnacionais.
- * Avançar na operacionalização do Mecanismo Amazônico para Cooperação e Ação (MACA).
- * Integrar o Fórum de Cidades Amazônicas à estrutura formal da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.
- * Concluir o lançamento formal e a operacionalização do Painel Técnico-Científico Intergovernamental da Amazônia (PITCA).
- * Apoiar a expansão do Observatório Regional Amazônico (ORA) para integrar dados sociais e humanos.
- * Acelerar a integração operacional entre países no combate a crimes ambientais.
- * Ampliar a capacidade técnica da OTCA.
- * Concluir a instalação das quatro comissões especiais pendentes da OTCA.
- * Estruturar mecanismos regulares de monitoramento da implementação das Declarações de Belém e Bogotá, com indicadores comparáveis entre países, para acompanhar o progresso e identificar lacunas na implementação.
- * Fortalecer a Coalizão Verde de bancos para o desenvolvimento amazônico.
- * Assegurar que instrumentos de cooperação e financiamento alcancem efetivamente os territórios.
- * Apoiar a qualificação de gestores estaduais e municipais.
- * Expandir mecanismos de financiamento não reembolsável e instrumentos de garantia, que permitam alcançar comunidades sem aprofundar o endividamento.
- * Alinhar os fluxos financeiros aos objetivos climáticos e de conservação.
- * Contribuir e acompanhar ativamente os mapas do caminho da Presidência da COP30 sobre florestas e combustíveis fósseis.
- * Avançar na construção de indicadores territoriais, que integrem dados quantitativos e conhecimentos tradicionais.
- * Sistematizar e difundir experiências e boas práticas implementadas nos territórios amazônicos.

- * Contribuir para a construção e consolidação de canais de participação, incluindo a OTCA Social.
- * Assegurar que os instrumentos, políticas e recursos mobilizados se traduzam em impacto concreto nos territórios.
- * Promover a construção de uma identidade amazônica compartilhada.

LISTA DE SIGLAS

AECA	Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica
Ameripol	Comunidade de Polícias das Américas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (antiga Corporação Andina de Fomento)
CAPEs	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBDR-RC	<i>Common But Differentiated Responsibilities and Respective Capabilities</i> (Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas e Respectivas Capacidades, em português)
CCPI- Amazônia	Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COP30	30ª Conferência do Clima em Belém, Brasil (2025)
Europol	Agência da União Europeia para a Cooperação Policial
GCF	<i>Green Climate Fund</i>
GEF	<i>Global Environment Facility</i> (Fundo Global para o Meio Ambiente, em português)
Interpol	Organização Internacional de Polícia Criminal
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i> (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, em português)
MACA	Mecanismo Amazônico para Cooperação e Ação





MAPI	Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas
MEC	Ministério da Educação
NDC	<i>Nationally Determined Contributions</i> (Contribuições Nacionalmente Determinadas, em português)
ORA	Observatório Regional Amazônico (da OTCA)
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PITCA	Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia
RADA	Rede Amazônica de Autoridades de Água
RAFO	Rede Amazônica de Autoridades Florestais
RAM	Rede Amazônica de Serviços Meteorológicos
RAMIF	Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo
TFFF	<i>Tropical Forest Forever Facility</i> (Fundo Florestas Tropicais para Sempre, em português)
UNAMAZ	Associação de Universidades Amazônicas
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em português)
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i> (Fundo das Nações Unidas para a Infância, em português)
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i> (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, em português)



Sumário

Introdução	09
Contextualização	09
Apresentação do workshop	10
Metodologia	11
Balço da implementação e dos resultados recentes da cooperação pan-amazônica	12
1. Avanços e desafios na implementação das Declarações de Belém e Bogotá	12
1.1 Governança regional e cooperação pan-amazônica	12
1.2 Financiamento climático e mecanismos econômicos	15
1.3 Segurança pública e combate a crimes ambientais	17
1.4 Conservação ambiental	18
1.5 Ciência, educação e inovação	21
1.6 Novos modelos de desenvolvimento na Amazônia	23
2. Principais resultados da COP30 para a Amazônia	26
2.1 Dimensão política	27
2.2 Dimensão normativa	27
2.3 Dimensão de implementação	27
Boas práticas dos países amazônicos: ação climática e proteção socioambiental	28
Próximos passos: oportunidades de articulação entre países e parceiros externos	31
Recomendações para fortalecer a implementação e a cooperação regional	33
Considerações Finais	35
Sobre a Plataforma CIPÓ e a UNAMAZ	36
Anexo 1 - Instituições Representadas	37
Anexo 2 - Tabela de iniciativas no âmbito da OTCA	38



Introdução

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Amazônia desempenha um papel central no equilíbrio climático global, concentrando cerca de 40% das florestas tropicais remanescentes, 25% da biodiversidade terrestre e 20% da água doce do planeta. Ao mesmo tempo, a região abriga mais de 45 milhões de pessoas, cujos modos de vida, tanto em áreas urbanas quanto rurais, estão diretamente vinculados à integridade do bioma. Essa realidade coloca a Amazônia no centro dos debates que articulam clima, desenvolvimento e justiça social, marcados pela necessidade de conciliar a proteção ambiental com a geração de renda e de empregos dignos para as populações que vivem na região.

Nas últimas décadas, os países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) têm buscado coordenar estratégias coletivas para enfrentar esses desafios por meio do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e de sua implementação institucional pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A OTCA e a efetivação do seu tratado consolidam um espaço de cooperação entre governos, organizações multilaterais, sociedade civil, comunidade científica e setores produtivos, com o objetivo de impulsionar iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável; à preservação, proteção, conservação e uso sustentável da floresta, da biodiversidade e dos recursos hídricos da Amazônia; à melhoria da qualidade de vida; e à valorização das culturas dos povos da região.

Mais recentemente, a adoção unânime da [Declaração de Belém \(2023\)](#)¹ durante a IV

Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica (Cúpula da Amazônia), realizada em Belém em 2023, marcou a retomada do diálogo político de alto nível entre os países da região, estabelecendo uma agenda comum para a proteção da floresta, o enfrentamento da mudança climática e a promoção do desenvolvimento sustentável. A [Declaração de Bogotá \(2025\)](#)², adotada na V Cúpula de Presidentes, deu continuidade a esse processo, reforçando compromissos e avançando na consolidação de instrumentos e mecanismos de cooperação.

A primeira edição do workshop *Cooperação Internacional pela Amazônia: caminhos para a implementação da Declaração de Belém*, realizada em 2023 na sede da OTCA, ocorreu nesse contexto do novo ciclo da cooperação pan-amazônica. O encontro reuniu representantes de países amazônicos e de diversos setores para discutir as trajetórias necessárias para a implementação da Declaração de Belém. No evento, destacaram-se dois elementos centrais: a necessidade de internalizar os compromissos assumidos pelos países e a urgência de avançar da formulação política para a implementação concreta, com maior articulação entre governos, instituições e sociedade civil³.

Desde então, a agenda amazônica tem ganhado maior centralidade no cenário internacional. A realização da 30ª Conferência do Clima (COP30) em Belém do Pará, em novembro de 2025, reforçou o papel estratégico da região no cumprimento das metas climáticas globais.

1. Declaração de Belém, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica.

2. Declaração de Bogotá, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-bogota

3. A primeira edição do workshop, intitulado “Cooperação Internacional pela Amazônia: caminhos para a implementação da Declaração de Belém”, foi realizada em outubro de 2023. Para mais informações, acesse o relatório com o resumo das discussões: <https://plataformacipo.org/publicacoes/relatorios-estrategicos/cipo-e-otca-reunem-multiplas-vozes-para-debater-implementacao-da-declaracao-de-belem/>.

Nesse contexto, a segunda edição do workshop *Cooperação Internacional pela Amazônia: impulsionando a implementação da Declaração de Belém* se insere como continuidade do processo iniciado em 2023 e se apoia em um acúmulo recente de evidências e reflexões para avaliar o progresso alcançado e avançar na identificação de caminhos concretos para superar os desafios persistentes⁴.

APRESENTAÇÃO DO WORKSHOP

A segunda edição do workshop *Cooperação Internacional pela Amazônia* foi realizada pela Plataforma CIPÓ e pela Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), em Brasília, no dia 9 de abril de 2026. O evento contou com o apoio da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República do Brasil, da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil e do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ).

O encontro reuniu representantes diplomáticos dos países amazônicos, do governo federal brasileiro, da OTCA, de bancos de desenvolvimento, da academia, da sociedade civil, de organismos multilaterais e

As discussões realizadas ao longo do encontro evidenciaram um diagnóstico compartilhado entre os participantes: os principais obstáculos à agenda amazônica não se concentram mais na definição de objetivos ou soluções, mas na capacidade de implementá-los de forma coordenada, em escala e com a velocidade exigida pela crise climática.

de redes internacionais de governos locais, refletindo a diversidade de atores envolvidos na agenda amazônica⁵. A composição multissetorial do workshop permitiu articular diferentes níveis de análise em torno dos desafios comuns da região.

A programação do evento buscou avaliar os avanços recentes e as lacunas persistentes, especialmente no contexto da implementação das Declarações de Belém e de Bogotá, e identificar iniciativas concretas e caminhos para fortalecer a cooperação regional.

O workshop foi estruturado em torno de três objetivos:

1. Realizar um balanço da implementação da Declaração de Belém e da Declaração de Bogotá e avaliar os resultados da COP30 relevantes para a Amazônia, buscando identificar caminhos para impulsionar esses instrumentos, aprofundar a cooperação pan-amazônica e enfrentar os desafios ainda existentes;
2. Identificar e compartilhar boas práticas por parte dos países amazônicos na promoção da ação climática e na prevenção e no enfrentamento de atividades nocivas às comunidades e ao meio ambiente na Bacia Amazônica, em conformidade com o combate à mudança do clima e com os compromissos das Declarações de Belém e de Bogotá voltados à proteção das florestas, das zonas costeiras amazônicas, de ecossistemas vulneráveis e da biodiversidade;
3. Apontar e discutir desafios, oportunidades e caminhos para impulsionar a cooperação entre países amazônicos e parceiros de fora da região, incluindo as agências e bancos de fomento, atores dos governos, da academia, da sociedade civil e do setor privado, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável de longo prazo da Amazônia.

4. Entre as iniciativas recentes voltadas ao acompanhamento da implementação da Declaração de Belém, destaca-se o *Relatório Técnico e Painel Interativo* sobre o tema produzidos pela Plataforma CIPÓ (abril de 2026), que sistematiza mais de 2.000 ações que contribuíram para a implementação dos compromissos acordados em Belém entre 2023 e 2025. Disponível em: https://plataformacipo.org/wp-content/uploads/2026/04/Final-WEB_CIPO_PUBLICACAO_DECL_BELEM_A4.pdf.

5. Para a lista completa de instituições representadas, ver Anexo 1.

METODOLOGIA

O workshop foi estruturado em blocos com momentos de debate, organizados da seguinte forma:

- * **Sessão de abertura**, com os organizadores, representantes do governo brasileiro e representantes da OTCA;
- * **Sessão magna**, dedicada ao balanço da cooperação pan-amazônica e da implementação das Declarações de Belém e de Bogotá, bem como aos resultados da COP30;
- * **Sessão 1**, voltada a comentários e reações às reflexões iniciais, com foco nas perspectivas dos países amazônicos sobre a cooperação regional, incluindo prioridades, desafios e diferentes contextos nacionais;
- * **Sessão 2**, dedicada à implementação da Declaração de Belém, com ênfase no fortalecimento de políticas públicas na Amazônia a partir da melhor ciência disponível, incluindo dados, financiamento e políticas públicas;
- * **Sessão 3**, centrada no fortalecimento do Estado de Direito, da economia para o desenvolvimento sustentável e da proteção dos ecossistemas na pan-amazônia, com foco em segurança, financiamento inovador e direitos dos povos indígenas;
- * **Sessão de encerramento**, voltada à discussão de caminhos futuros para a cooperação pan-amazônica.

O presente relatório foi elaborado a partir das discussões realizadas e busca sistematizar os principais pontos de convergência, desafios, avanços, aprendizados e recomendações. O workshop foi conduzido sob a *Regra de Chatham House*, o que permitiu maior abertura nas contribuições dos participantes. Por isso, este relatório

reflete os principais conteúdos e tendências do evento sem atribuição a indivíduos ou instituições. Estes conteúdos serão apresentados a seguir de acordo com os eixos temáticos do workshop, conforme a sequência seguida na programação, com foco nos caminhos para o fortalecimento da cooperação pan-amazônica.



Balanço da implementação e dos resultados recentes da cooperação pan-amazônica

A implementação das Declarações de Belém e Bogotá encontra avanços concretos, porém com alcance desigual entre diferentes eixos da agenda amazônica. Esse resultado reflete tanto progressos relevantes na construção de instrumentos institucionais, financeiros e técnicos quanto obstáculos persistentes relacionados à coordenação, à escala e à capacidade de gerar impacto no território amazônico.

As discussões do workshop evidenciaram que, apesar do volume crescente de iniciativas em curso e da consolidação de compromissos comuns entre os países da

região, permanece um descompasso entre o que foi acordado e sua tradução em avanços palpáveis. Esse cenário aponta para um momento em que o principal desafio deixa de ser a definição de agendas e passa a ser sua implementação efetiva.

O balanço a seguir organiza os principais temas recorrentes nas discussões com o objetivo de identificar os avanços e desafios na implementação das Declarações de Belém e de Bogotá, os principais resultados da COP30 para a Amazônia e os caminhos para fortalecer a implementação e a cooperação regional.

1. AVANÇOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DE BELÉM E BOGOTÁ

1.1 GOVERNANÇA REGIONAL E COOPERAÇÃO PAN-AMAZÔNICA

Os participantes reconheceram que a governança regional da Amazônia se insere em um contexto internacional marcado pela dificuldade de se alcançar consensos com relação a temas centrais da agenda climática, como a eliminação do uso de combustíveis fósseis, o que limita o alcance das negociações globais e reforça o descompasso entre o conhecimento científico disponível e a tomada de decisões. Nesse cenário, deram centralidade ao fortalecimento de mecanismos regionais de coordenação e integração entre os países amazônicos, bem como ao alinhamento entre diferentes níveis de governança.

As discussões revelaram que existe um movimento crescente de institucionalização da agenda amazônica tanto no plano regional quanto no nacional. No caso do Peru, por exemplo, a criação de uma Direção de Assuntos Amazônicos no âmbito do Ministério das Relações Exteriores foi destacada como uma iniciativa relevante

para fortalecer a coordenação interna e integrar de forma mais consistente a agenda amazônica às políticas públicas e à atuação internacional do país. No plano regional, foi ressaltado o papel de instâncias como o PARLAMAZ na promoção do diálogo político entre parlamentares, na aproximação entre marcos normativos e no acompanhamento da implementação de compromissos, apontando para a importância de uma maior articulação entre os poderes executivo e legislativo na governança pan-amazônica.

É nesse contexto mais amplo de busca por maior integração regional que se insere o papel institucional da OTCA como principal plataforma de coordenação da cooperação pan-amazônica.

O papel institucional da OTCA

A OTCA tem consolidado sua posição como principal plataforma de coordenação regional para a cooperação pan-amazônica, com o aumento gradual de sua densidade institucional e técnica. Esse processo se reflete na reativação e estruturação de

instâncias previstas na Declaração de Belém, incluindo comissões temáticas, redes técnicas e mecanismos de cooperação.

Entre os avanços mais concretos, destacou-se a reativação de quatro das oito comissões especiais previstas na Declaração. São elas: Segurança Pública; Saúde; Meio Ambiente e Clima; e Ciência e Tecnologia. As demais comissões (Educação; Assuntos Indígenas; Transporte e Infraestrutura; e Turismo) encontram-se em processo de instalação⁶. Paralelamente, quatro redes de autoridades estão em pleno funcionamento: a Rede Amazônica de Autoridades de Água (RADA), a Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF), a Rede Amazônica de Autoridades Florestais (RAFO) e a Rede Amazônica de Serviços Meteorológicos (RAM). A nova Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA), que deverá substituir a agenda anterior, foi mencionada como um instrumento em desenvolvimento, ainda em fase de consulta entre os países-membros.

Outro avanço relevante diz respeito ao fortalecimento da governança política da organização. A 2ª emenda ao TCA, que eleva a Reunião de Presidentes à condição de instância máxima decisória da OTCA, já foi aprovada pelos oito países e aguarda ratificação parlamentar. Sua entrada em vigor ampliará o peso político da organização e representará um marco para que as autoridades máximas dos Estados amazônicos estejam envolvidas de forma institucional e formal na governança da cooperação regional. O PARLAMAZ foi mencionado como parceiro relevante na articulação com parlamentos nacionais, com potencial para apoiar a ratificação da emenda.

Esses avanços têm ajudado a criar espaços mais organizados de coordenação técnica e política entre os países, embora em diferentes estágios de maturidade. Ainda assim, a cooperação regional encontra obstáculos diante da natureza transfronteiriça e da complexidade dos

desafios enfrentados pela Amazônia. As dificuldades na articulação efetiva entre os níveis nacional, regional e territorial limitam a tradução de compromissos em ações coordenadas e em impactos duradouros. O Relatório Técnico da Plataforma CIPÓ aponta que, embora haja um volume expressivo de iniciativas em curso, “menos de 1% das ações registradas corresponde à geração de impactos mensuráveis”⁷, informação que foi reiterada ao longo do workshop.

Essas lacunas se manifestam, por exemplo, na baixa coordenação entre políticas nacionais e compromissos regionais, na limitada implementação de iniciativas no nível local e na dificuldade de harmonização técnica entre países, especialmente no que se refere a metodologias de monitoramento ambiental, definição de métricas e critérios comuns e compartilhamento de dados. Esse desafio é ampliado pela fragmentação entre diferentes agendas internacionais relevantes à Amazônia, como clima, biodiversidade, segurança alimentar e desenvolvimento, que nem sempre dialogam entre si, dificultando a construção de respostas integradas no âmbito regional.

As limitações de coordenação, implementação e integração refletem, em parte, características estruturais da própria governança regional. A exigência de unanimidade nas decisões da OTCA, embora fundamental para assegurar a soberania e igualdade entre os países, pode limitar a velocidade das respostas necessárias diante da urgência da crise climática, especialmente considerando as diferentes orientações políticas e prioridades nacionais dentro da região. A Amazônia é marcada por assimetrias de capacidade técnica, institucional e financeira entre os países e por projetos políticos e econômicos distintos – e, em alguns casos, concorrentes – incluindo divergências dentro do próprio campo do desenvolvimento sustentável. Esse conjunto de fatores colabora para fragmentar agendas regionais, dificultando a construção

6. As denominações oficiais das comissões especiais e a lista completa de iniciativas, redes, mecanismos e demais instâncias de cooperação no âmbito da OTCA, bem como seus respectivos estágios de implementação, encontram-se detalhadas no Anexo 2.

7. Plataforma CIPÓ. *Relatório Técnico sobre a Implementação da Declaração de Belém*. Abril de 2026.

do consenso necessário para o avanço dos compromissos. Os participantes destacaram a necessidade de fortalecer a capacidade pragmática da OTCA de lidar com dissensos de forma produtiva, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades como parte constitutiva da governança regional. Nesse sentido, foi proposta uma reflexão sobre o modelo decisório da organização, a fim de ampliar sua agilidade de resposta, especialmente em temas sensíveis como segurança e combate a crimes ambientais.

No plano institucional, as limitações estruturais da OTCA permanecem um fator crítico. A Secretaria Permanente, com sede em Brasília, tem operado com restrições significativas de recursos, o que tem restringido sua capacidade de coordenação estratégica. Para que a OTCA fortaleça sua atuação científica, técnica e política, é necessário incorporar e/ou consolidar funções como: a observação, identificação e difusão de melhores práticas setoriais; a produção e disponibilização de informações públicas sobre a Amazônia; a sistematização e análise de pesquisas científicas e conhecimentos tradicionais; e a formulação de recomendações e diretrizes para políticas públicas, junto ao monitoramento de avanços. Além disso, é fundamental fortalecer a assistência técnica aos governos e entidades subnacionais, de modo a apoiar a formulação e implementação de estratégias de governança climática de longo prazo. Apesar dos avanços recentes, o progresso permanece aquém das demandas decorrentes da amplitude da agenda regional. Nesse contexto, o fortalecimento institucional da OTCA constitui uma condição necessária para viabilizar uma atuação mais estratégica e operacionalmente eficaz na coordenação da cooperação pan-amazônica.

O papel da sociedade civil na governança amazônica

A participação da sociedade civil emerge como um elemento central para a efetividade da cooperação amazônica, ainda que sua incorporação à arquitetura institucional da OTCA permaneça limitada. Atores da sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, comunidades locais e tradicionais, povos indígenas, universidades e centros de pesquisa, desempenham um papel estratégico no fortalecimento da governança regional ao contribuir para aproximar os processos multilaterais das realidades locais e das necessidades concretas das populações amazônicas.

O fortalecimento institucional da OTCA constitui uma condição necessária para viabilizar uma atuação mais estratégica e operacionalmente eficaz na coordenação da cooperação pan-amazônica.

Os participantes ressaltaram que a cooperação amazônica deve ir além da atuação exclusiva dos governos, sendo entendida como parte de um “contrato social” mais amplo que envolve parlamentos e sociedade civil. Também destacaram o papel da sociedade civil na aproximação entre o Estado e a população, bem como a importância de garantir que as vozes

das comunidades sejam incorporadas nos processos decisórios.

A Declaração de Belém reconhece esse papel, e os últimos anos evidenciaram a capacidade de mobilização da sociedade civil amazônica, tanto nos Diálogos Amazônicos quanto na Cúpula dos Povos Rumo à COP30, que contou com participação expressiva e um posicionamento inequívoco de que as soluções para a crise climática precisam partir dos territórios. Nesse contexto, a proposta de criação de uma OTCA Social⁸ representa um caminho para institucionalizar a participação da sociedade civil na estrutura da organização.

8. Mais informações em: <https://asambleamundialamazonia.org/2023/10/24/proposta-em-construcao-pela-otca-social/>.

1.2 FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E MECANISMOS ECONÔMICOS

O financiamento climático emerge como um dos eixos mais estratégicos da agenda amazônica, refletindo avanços recentes na criação de instrumentos financeiros, mas também evidenciando limitações persistentes relacionadas à escala, ao acesso e à efetividade dos recursos mobilizados. O lançamento, durante a COP30, de mecanismos como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) e o Mecanismo Amazônico para Cooperação e Ação (MACA) sinaliza um movimento relevante em direção à construção de arquiteturas financeiras mais alinhadas às especificidades da região, incluindo a valorização da floresta em pé⁹ e o fortalecimento de instrumentos regionais.

No entanto, esses avanços ocorrem em um contexto mais amplo de restrições ao financiamento climático internacional, marcado por tensões geopolíticas, limitações fiscais e desafios estruturais relacionados à governança dos fluxos financeiros. Persistem, em particular, dificuldades na mobilização de fundos em escala compatível com a magnitude dos desafios, na garantia de acesso direto por parte de atores locais e na coerência entre os fluxos financeiros e os objetivos de sustentabilidade. Nesse cenário, o debate sobre financiamento climático na Amazônia deixa de focar apenas na captação de recursos e passa a incluir uma agenda mais ampla, que envolve também sua governança, distribuição e capacidade de gerar impacto real no território amazônico. Alguns instrumentos em específico, descritos abaixo, demandam maior atenção.

Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)

O lançamento do TFFF durante a COP30 representa um dos principais avanços recentes na agenda de financiamento climático para a conservação de florestas

tropicais, com implicações diretas para a Amazônia. O fundo se destaca tanto pelo seu desenho, que busca recompensar a conservação e a recuperação florestal, quanto pela capacidade de mobilização internacional, contando com 67 países signatários e US\$ 6,7 bilhões em compromissos iniciais, com a meta de mobilizar US\$ 10 bilhões até o final de 2026¹⁰. Além disso, cerca de 20% dos recursos desembolsados seriam alocados para povos indígenas e comunidades tradicionais. Esse conjunto de elementos indica um movimento concreto em direção a instrumentos de financiamento em escala. Contudo, o TFFF ainda se encontra em fase de definição de seus aspectos operacionais, incluindo critérios de acesso, governança e modalidades de desembolso dos recursos, o que pode limitar a operacionalização do mecanismo no curto prazo. O volume de recursos mobilizados também permanece aquém da escala necessária para enfrentar a crise climática. A meta de mobilizar US\$ 10 bilhões até o final de 2026 tem avançado em ritmo mais lento do que o esperado, em um contexto geopolítico que impõe restrições à ampliação de compromissos financeiros climáticos.

Além da escala, persistem barreiras estruturais ao acesso ao financiamento, especialmente no que se refere aos recursos destinados a povos indígenas e comunidades tradicionais. Foi ressaltado que menos de 1% do financiamento climático global chega diretamente aos povos indígenas¹¹. Três fatores foram apontados como principais obstáculos: os níveis elevados de burocracia e exigências técnicas, a forte intermediação estatal e a existência de múltiplos processos intermediários. Em conjunto, esses elementos dificultam o acesso direto aos recursos e limitam o fortalecimento institucional de atores locais. O TFFF apresenta potencial para mitigar parte desses desafios. No entanto, sua capacidade de alterar essas dinâmicas dependerá da definição, por cada país, dos

9. “Floresta em pé” refere-se a uma abordagem de desenvolvimento sustentável e conservação ambiental que valoriza a floresta viva, gerando renda e desenvolvimento social para comunidades locais sem a necessidade de derrubar árvores.

10. Dados de dezembro de 2025. Ver mais informações em: <https://valor.globo.com/brasil/cop30-amazonia/noticia/2025/12/02/fundo-para-florestas-sai-do-papel-e-recebe-us-67-bi.ghml>.

11. United Nations News, “Indigenous Peoples sidelined in global climate fight, UN warns”, 2025. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2025/04/1162601>

parâmetros nacionais para acesso e alocação desses recursos.

Um ponto relevante discutido foi a assimetria entre o valor ambiental gerado por países com alta cobertura florestal e sua capacidade de acessar financiamento climático. O caso do Suriname ilustra que, apesar de preservar um grande percentual do bioma amazônico e figurar entre os poucos países carbono-negativos, o país enfrenta dificuldades para acessar recursos proporcionais ao serviço prestado ao clima global. Esse exemplo evidencia que países com alta cobertura florestal e baixas emissões dispõem de um ativo de negociação relevante, mas sua conversão em financiamento depende de maior articulação coletiva. Plataformas regionais como a OTCA podem desempenhar um papel estratégico ao consolidar esse capital ambiental em poder de negociação, inclusive para o acesso a instrumentos como o TFFF.

Mecanismo Amazônico para Cooperação e Ação (MACA)

No âmbito da OTCA, o MACA, também lançado durante a COP30, representa um avanço relevante na tentativa de estruturar um instrumento financeiro estratégico próprio da organização, criado para mobilizar, gerir e canalizar recursos destinados a programas e projetos de cooperação regional em desenvolvimento sustentável, proteção da biodiversidade e preservação da floresta amazônica. Embora o MACA ainda esteja em fase de estruturação, sua concepção atende à necessidade de fortalecer a capacidade da OTCA de coordenar e financiar iniciativas de forma mais integrada e contínua.

Instituições financeiras multilaterais

Instituições financeiras multilaterais têm ampliado sua presença na agenda amazônica, com alguns exemplos citados nas discussões. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) atua por meio do Programa Amazônia Sempre, uma parceria regional que busca mobilizar mais de US\$ 1 bilhão para acelerar investimentos com foco em bioeconomia, combate ao desmatamento, cidades resilientes e inclusão social, incorporando

dimensões transversais como a participação de povos indígenas, comunidades tradicionais, jovens e mulheres. O Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) tem atuado no financiamento de projetos de sustentabilidade com capilaridade para apoiar estados e municípios. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mantém projetos que articulam ciência, academia e conhecimento local, incluindo monitoramento remoto de florestas. A Coalizão Verde¹² de bancos de desenvolvimento para a Amazônia, que reúne essas e outras instituições nacionais e multilaterais, foi mencionada como plataforma de coordenação dos investimentos na região.

No entanto, a estrutura do financiamento internacional apresenta limitações persistentes. Parte significativa dos recursos continua sendo canalizada por meio de empréstimos que aprofundam o endividamento dos países da região, enquanto o financiamento não-reembolsável, considerado mais adequado para contextos de alta vulnerabilidade, vem diminuindo. Foi destacado que os governos da região precisam avançar em agendas alternativas ao financiamento reembolsável, como taxonomias verdes e mecanismos subnacionais de captação. Ao mesmo tempo, atividades associadas a modelos extrativistas seguem recebendo financiamento, enfraquecendo a coerência entre os fluxos financeiros e os objetivos climáticos. Instrumentos considerados inovadores, como os *debt-for-climate swaps*, apresentam limitações, incluindo problemas de transparência, baixo volume e resultados insuficientes em termos de impacto concreto.

Um ponto específico emergiu em torno dos mecanismos de redução de risco (*“de-risking”*), que buscam atrair capital privado para o financiamento climático. Foi questionado até que ponto a minimização do risco para o investidor privado é compatível com a efetividade e a equidade do financiamento. Foi argumentado que investir, por definição, pressupõe assumir algum nível de risco. A contradição levantada é que instrumentos de *de-risking* podem reforçar padrões de

12. Mais informações em: <https://green-coalition.com/pt/coalizao-verde/>.

desigualdade ao direcionar recursos para contextos considerados financeiramente mais seguros, em detrimento de regiões com maiores vulnerabilidades.

Além dos aspectos operacionais, as discussões evidenciaram um desafio mais estrutural relacionado à própria lógica do financiamento climático internacional. Em um contexto marcado por profundas desigualdades entre países, a agenda amazônica depende de um princípio de solidariedade que sustente a cooperação internacional. O regime climático reconhece as assimetrias históricas entre países por meio do princípio das *responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades* (CBDR-RC, na sigla em inglês), que implica em um papel de liderança por parte dos países desenvolvidos, elemento que deve ser considerado na realidade amazônica. O que se observa, contudo, é a retração desse compromisso em um contexto de crise econômica global e tensões geopolíticas, com crescente transferência de protagonismo do setor público para instrumentos privados, o que levanta questionamentos sobre o equilíbrio entre responsabilidades públicas e privadas no financiamento climático.

1.3 SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE A CRIMES AMBIENTAIS

A segurança pública desponta como eixo central da agenda amazônica, refletindo a crescente complexidade e o caráter transnacional dos crimes que afetam o bioma. A atuação do crime organizado – incluindo atividades como mineração ilegal, tráfico de drogas e extração ilegal de madeira – foi apontada não apenas como um desafio de segurança pública, mas como fator estruturante da degradação ambiental e da vulnerabilização das populações locais. Nesse contexto, o enfrentamento dessas

atividades demanda respostas coordenadas entre países, com integração de inteligência, harmonização de estratégias e fortalecimento da cooperação operacional. Considerando esse cenário, o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI-Amazônia) ganha centralidade.

Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI-Amazônia)

O CCPI-Amazônia, inaugurado em 2025 em Manaus e previsto no parágrafo 65 da Declaração de Belém, representa um dos avanços mais concretos na implementação dos acordos de Belém e Bogotá. O centro funciona como um núcleo de integração entre forças de segurança nacionais e internacionais, reunindo países amazônicos, estados da Amazônia Legal e organismos como a Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), a Comunidade de Polícias das Américas (Ameripol), a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), com foco no enfrentamento de crimes transnacionais, incluindo crimes ambientais.

O CCPI-Amazônia consolida um modelo de cooperação baseado na integração entre forças de segurança nacionais e internacionais, inteligência compartilhada e tecnologia de ponta para o combate ao crime organizado na região. Esse modelo permite ampliar a capacidade de atuação coordenada entre países, superando abordagens fragmentadas e fortalecendo a produção de evidências para investigações mais estruturadas.

A atuação do CCPI-Amazônia tem sido reforçada pelo uso de ferramentas tecnológicas voltadas ao monitoramento e à rastreabilidade de atividades ilícitas. Iniciativas

A agenda amazônica depende de um princípio de solidariedade que sustente a cooperação internacional.

13. Mais informações em: <https://plataforma.redemaisbr.com.br/#/>.

14. Mais informações em: <https://www.gov.br/cetem/pt-br/assuntos/noticias/policia-federal-apresenta-programa-de-combate-a-extracao-ilegal-de-ouro-na-cop-26>.

como o Programa Brasil M.A.I.S.¹³ (Meio Ambiente Integrado e Seguro), que fornece imagens de satélite do território nacional brasileiro de alta resolução com atualização frequente, ampliam significativamente a capacidade de monitoramento do bioma. Ao mesmo tempo, projetos voltados à rastreabilidade de cadeias produtivas, como o Ouro Alvo¹⁴ e o Proflora, contribuem para o acompanhamento de fluxos de materiais associados a atividades ilegais, permitindo avançar na identificação de redes, financiadores e beneficiários dessas cadeias. Essas ferramentas têm sido fundamentais para apoiar a produção de inteligência e a coordenação de operações conjuntas.

Apesar desses avanços, as discussões evidenciaram que as atividades ilegais na Amazônia apresentam elevada capacidade de adaptação, organização e diversificação, o que dificulta sua contenção por meio de ações pontuais ou exclusivamente repressivas. Estratégias como a apreensão ou destruição de equipamentos ou a interrupção de operações específicas tendem a ter impacto limitado quando não acompanhadas de ações que investiguem as estruturas financeiras que sustentam essas atividades.

O crime organizado permanece um fator estruturante da degradação ambiental na região, operando por meio de cadeias complexas que articulam atividades como mineração ilegal, desmatamento e tráfico de drogas e de pessoas, o que exige respostas igualmente integradas e sustentadas no tempo. Por isso, é necessário o fortalecimento da integração operacional entre países, especialmente na coordenação contínua de ações, na troca de inteligência em tempo real e na construção de estratégias conjuntas de longo prazo. Nesse contexto, as discussões destacaram a importância de ampliar o acesso às tecnologias de rastreamento, incluindo a possibilidade de adesão de outros países amazônicos ao Programa Brasil M.A.I.S., a fim de garantir maior integração no monitoramento e na produção de inteligência na região.

1.4 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

A agenda de conservação da Amazônia tem avançado na incorporação de uma visão mais abrangente, que reconhece a floresta

em pé como um ativo estratégico não apenas ambiental, mas também econômico e social. Essa perspectiva amplia o entendimento de que a manutenção da floresta está diretamente relacionada à estabilidade econômica, à segurança alimentar e à resiliência climática, em um contexto marcado por múltiplas pressões, como o desmatamento, a degradação florestal e a mudança do clima.

As discussões reforçaram que a conservação ambiental na Amazônia requer a articulação de dimensões ecológicas, econômicas e sociais. A integridade da floresta não pode ser tratada de forma isolada, estando interligada a aspectos como segurança alimentar, modelos produtivos e a proteção de territórios e populações tradicionais.

A implementação dessa agenda exige a combinação de diferentes instrumentos de política pública para além de abordagens baseadas exclusivamente em comando e controle e em instrumentos securitários. A adoção de uma “caixa de ferramentas”, que articule ações de segurança pública, aplicação de sanções, incentivos econômicos e investimentos, aponta para um modelo mais integrado de atuação, com potencial para gerar resultados mais sustentáveis no longo prazo.

Desmatamento e degradação florestal

A redução recente das taxas de desmatamento no Brasil foi destacada como evidência da capacidade de resposta do Estado quando há prioridade política e uso consistente de instrumentos de comando e controle. Esse resultado reforça que políticas públicas podem produzir efeitos concretos no curto prazo, desde que acompanhadas de coordenação institucional e cooperação regional. Mecanismos como a Rede Amazônica de Autoridades Florestais (RAFO), a Rede Amazônica de Serviços Meteorológicos (RAM), a Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF) e a Rede Amazônica de Autoridades de Água (RADA) da OTCA contribuem para o monitoramento, a troca de informações e o fortalecimento da atuação coordenada entre países da região.

No plano nacional, foram destacadas iniciativas que apontam para o fortalecimento

de instrumentos de proteção territorial. Foi ressaltado, por exemplo, o caso da Colômbia, que, em novembro de 2025, declarou todo o seu território amazônico (mais de 483.000 km², correspondentes a cerca de 42% do território nacional) como Zona de Reserva de Recursos Naturais Renováveis, estabelecendo restrições a atividades em larga escala de mineração e hidrocarbonetos. A medida foi apresentada como uma convocação aos demais países amazônicos para seguir passos similares, diante do caráter indivisível do bioma e da necessidade de respostas coordenadas.

Para além do desmatamento, a degradação dos sistemas hidrológicos, incluindo a alteração dos regimes de chuva, o prolongamento da estação seca e a perda de resiliência da floresta, foi apontada como fator crítico de risco. Partes do sul da Amazônia já enfrentam estações secas significativamente mais longas, com impactos diretos sobre a capacidade da floresta de atuar como sumidouro de carbono. Nesse contexto, a preservação da Amazônia não pode ser dissociada de sua função como sistema regulador de água em escala regional, incluindo o papel dos chamados “rios aéreos”, cuja disrupção pode gerar efeitos em toda a América do Sul.

A dinâmica ambiental da Amazônia não pode ser compreendida apenas a partir do desmatamento. A degradação florestal segue como vetor relevante de perda de funcionalidade do bioma, mesmo em cenários de redução da área desmatada. A continuidade do uso de combustíveis fósseis e o aumento das temperaturas globais tendem a intensificar processos de degradação, afetando a resiliência da Amazônia. Como destacado nas discussões, mesmo em um cenário de desmatamento zero, a floresta permaneceria sob pressão caso não haja uma abordagem integrada que considere simultaneamente a transição energética e os impactos das mudanças climáticas.

Segurança alimentar

A centralidade da Amazônia nos ciclos de água e carbono foi reiterada como elemento crítico para a segurança alimentar e energética. Alterações nesses ciclos têm efeitos diretos sobre regimes de chuva e temperatura, com impactos relevantes sobre a produção agrícola. Para cada grau adicional de aquecimento, há perdas significativas de produtividade em culturas como milho e soja. Estima-se que, a cada aumento de 1 °C na temperatura, a produtividade da soja caia entre 5% e 6%, enquanto a do milho diminua em torno de 8%¹⁵. Projeções discutidas no evento indicam que a combinação entre aumento de temperatura e continuidade do desmatamento pode comprometer de forma estrutural a viabilidade da produção agrícola em partes significativas da Amazônia até meados do século. No caso do Brasil, se não houver investimento em adaptação, a porcentagem de agricultura fora do ideal climático na região central do país pode chegar a 50% na próxima década e a 70% em trinta anos¹⁶.

Por isso, é necessário que o setor produtivo agrícola reconheça que a sustentabilidade da produção depende diretamente da integridade dos sistemas ecológicos e dos ecossistemas amazônicos. Nesse sentido, a aproximação entre políticas ambientais e estratégias produtivas foi identificada como uma das condições para a construção de soluções duradouras.

Povos indígenas e comunidades tradicionais

Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais e populações quilombolas desempenham um papel central na conservação da floresta, tanto pela proteção ativa dos territórios quanto pela manutenção de práticas de uso sustentável. Por isso, a conservação da floresta depende da preservação desses modos tradicionais de vida.

15. Nature Climate Change, *Climatic limit for agriculture in Brazil*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41558-021-01214-3>.

16. Nature Climate Change, *Climatic limit for agriculture in Brazil*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41558-021-01214-3>.

Aproximadamente 45% da Amazônia se encontra sob algum tipo de proteção territorial, sendo cerca de 25% em terras indígenas e outros 20% em diferentes categorias de áreas protegidas, cobrindo mais de 2 milhões de km²¹⁷. A Amazônia abriga mais de 45 milhões de pessoas, incluindo mais de 500 povos indígenas¹⁸. Esses números evidenciam a relevância dos territórios indígenas e de comunidades tradicionais e locais como um dos principais pilares de conservação do bioma.

Iniciativas recentes têm ampliado a visibilidade de outros territórios coletivos. O primeiro mapeamento da Amazônia quilombola¹⁹, lançado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pela Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) durante a COP30, reforça o papel dessas comunidades como atores centrais na conservação e proteção da floresta, ainda que estes sejam historicamente sub-representados em bases de dados e políticas públicas.

No plano institucional, o lançamento formal do Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas (MAPI) na Cúpula de Bogotá foi um marco histórico: pela primeira vez em quase 50 anos do TCA, os povos indígenas passam a ter um mecanismo próprio dentro da estrutura da OTCA. O MAPI representa um esforço de fortalecimento do diálogo entre governos e povos indígenas, conforme previsto na Declaração de Belém. Nesse contexto, foi ressaltado no workshop que **povos indígenas não devem ser tratados como sociedade civil ou organizações não governamentais, mas como autoridades em seus territórios, com uma relação singular com o espaço que ocupam**. A efetiva operacionalização do MAPI pode assegurar a sustentabilidade do mecanismo a longo prazo, desde que considere a necessidade de respeitar a institucionalidade própria dos povos indígenas e garanta a articulação entre diferentes níveis de

governança (regional, nacional e territorial) de forma não hierárquica.

Apesar desse reconhecimento, os territórios indígenas e de comunidades tradicionais e locais enfrentam pressões crescentes, não apenas decorrentes de atividades ilegais, mas também de atividades econômicas que, em alguns casos, são formalmente autorizadas, como mineração e pecuária, não raro apresentadas como alternativas de desenvolvimento. Com frequência, tais práticas comprometem diretamente os modos de vida dessas populações, com impactos sobre a sua capacidade de conservar os territórios. Embora o reconhecimento e a titulação territorial seja um passo fundamental, eles não são suficientes para assegurar a continuidade das práticas que sustentam a conservação e proteção da floresta, especialmente diante de pressões econômicas, institucionais e sociais.

Para agravar esse quadro, as limitações nos mecanismos de participação social restringem a presença das populações indígenas e tradicionais e locais nos espaços de decisão, dificultando a contribuição de suas perspectivas e reduzindo a diversidade de soluções mais adequadas às realidades locais. Além disso, persistem tensões na relação entre Estados e povos indígenas, em que o protagonismo dessas populações ainda é, em alguns contextos, erroneamente percebido como desafio à soberania nacional. A superação dessa dinâmica excludente exige uma mudança de paradigma na forma como os povos indígenas são percebidos e integrados às políticas públicas, reconhecendo o seu papel como parceiros estratégicos na governança territorial.

Além disso, a ausência ou insuficiência de reconhecimento de determinados territórios, especialmente quilombolas, populações negras rurais e outras populações tradicionais, limita sua proteção efetiva e sua integração em políticas públicas.

17. IBGE, *Áreas Protegidas na Amazônia Legal: um retrato ambiental e estatístico*, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102222.pdf>.

18. COICA, *Journal institucional "SOMOS COICA"*, Edição 01, 2021. Disponível em: https://coicamazonia.org/wp-content/uploads/2021/08/somoscoica_portugues.pdf.

19. Amazônia quilombola. Disponível em: <https://amazoniaquilombola.org.br>.

1.5 CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

O Relatório Técnico da CIPÓ sobre a implementação da Declaração de Belém aponta Ciência, Educação e Inovação como o eixo temático com maior número de ações registradas²⁰. Essa agenda ocupa uma posição estratégica na governança amazônica, refletindo tanto a existência de uma base científica relevante na região quanto os desafios persistentes na tradução desse conhecimento em políticas públicas. As discussões evidenciaram um descompasso entre a disponibilidade de dados e evidências, cada vez mais robustos, e a sua incorporação sistemática nos processos decisórios. Nesse cenário, o fortalecimento de mecanismos que conectem produção de conhecimento (científico, tradicional e territorial), formulação de políticas e implementação é fundamental para avançar na agenda amazônica.

Observatório Regional Amazônico (ORA)

O Observatório Regional Amazônico (ORA) tem se consolidado como a principal vitrine pública de produtos e dados da Pan-Amazônia e representa mais um dos avanços no fortalecimento da capacidade técnica da OTCA. A transformação recente foi significativa: segundo informações compartilhadas durante o workshop, de uma plataforma com baixa interoperabilidade e apenas um módulo temático ativo dos 16 previstos na Declaração de Belém, o ORA passou a operar com oito módulos temáticos públicos, abrangendo: biodiversidade; recursos hídricos; florestas; povos indígenas; mudanças climáticas; áreas queimadas; degradação florestal; e CITs (Científicos, Intercâmbios e Técnicos). Atualmente, o observatório conta com um banco de dados com cerca de 116 milhões de registros ambientais, ampliando de forma expressiva a base de informações disponíveis para monitoramento e formulação de políticas²¹.

Apesar dessa expansão, o principal gargalo apontado nas discussões é claro: **faltam dados sobre as pessoas**. A consolidação de grandes bases ambientais não tem sido acompanhada, na mesma medida, pela integração de informações sobre dados de caráter sociais e humano, o que limita a capacidade de formular políticas públicas regionais e sub-regionais mais completas. Nesse contexto, surgiu a ideia de desenvolver o “AdaptAmazônia”, inspirado na plataforma AdaptaBrasil²², como um possível caminho para integrar dados ambientais e humanos, permitindo que o observatório influencie no desenvolvimento de políticas públicas.

A ampliação da quantidade de dados que interligue essas camadas de informações, a fim de apoiar os processos de decisão pública e melhorar a previsão de eventos climáticos extremos na região, figura como um dos principais objetivos para o futuro do ORA.

Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia (PITCA)

O Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia (PITCA), previsto na Declaração de Belém, avançou significativamente em seu processo de formalização. O modelo do Painel foi construído de forma colaborativa, envolvendo representantes dos oito países amazônicos.

A estrutura de governança prevista para o PITCA conta com uma mesa diretiva, composta por dois representantes de cada país-membro (um da chancelaria e um cientista credenciado), responsável pela orientação geral do painel. Associado a essa instância, há um grupo de trabalho especializado, encarregado da elaboração de relatórios a partir de evidências científicas sobre temas prioritários para a região. A secretaria executiva será exercida pela coordenação de ciência e tecnologia da OTCA, responsável pelo apoio técnico e institucional ao funcionamento do painel.

20. Plataforma CIPÓ. *Relatório Técnico sobre a Implementação da Declaração de Belém*. Abril de 2026.

21. Mais informações em: <https://www.oraotca.org/pt>.

22. O AdaptaBrasil é uma plataforma digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que consolida dados e analisa riscos das mudanças climáticas no Brasil.

Um dos elementos mais inovadores propostos para a governança do PITCA é a criação de um comitê de diálogo permanente para a articulação entre conhecimento científico e saberes indígenas, tradicionais e locais. Cada país indicará um representante, e o Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas (MAPI) participará de sua copresidência, com o objetivo de garantir que as decisões incorporem o componente de interculturalidade. O painel terá como função a elaboração de relatórios baseados em evidências científicas com a incorporação de critérios de validade cultural e participação de povos indígenas, em uma abordagem transdisciplinar. Esses relatórios serão produzidos nos idiomas oficiais da OTCA, garantindo acessibilidade linguística.

O objetivo do PITCA é que ele atue em interoperabilidade com outros sistemas globais, como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), e regionais, em especial o ORA. O Observatório tende a concentrar a análise e a sistematização de dados, enquanto o Painel se orientará à produção de relatórios técnico-científicos a partir desses insumos. Essa interação busca fortalecer a integração de informações na região, contribuindo para maior coerência entre a produção de conhecimento e os processos decisórios.

Os relatórios produzidos pelo Painel devem contribuir para a identificação de projetos prioritários, com base em critérios técnicos, científicos e sociais, de modo a assegurar que a destinação de recursos seja orientada por evidências e alinhada às prioridades da região. Nesse contexto, o PITCA apresenta potencial para apoiar processos de tomada de decisão e orientar a alocação de recursos, inclusive de instrumentos como o MACA e o TFFF.

Educação, pesquisa e cooperação acadêmica na Amazônia

A agenda de educação na Amazônia apresenta avanços relevantes no

fortalecimento da cooperação regional e na articulação institucional.

No plano internacional, o Ministério da Educação do Brasil (MEC) tem estabelecido parcerias com organismos multilaterais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por meio de iniciativas como, por exemplo, a *Greening Education Partnership*²³, voltada ao compartilhamento de boas práticas e ao desenvolvimento de políticas públicas em resiliência climática e adaptação.

A parceria entre o MEC e a UNAMAZ, que reúne cerca de 70 instituições entre universidades, institutos de pesquisa e organizações do terceiro setor dos oito países amazônicos, tem se consolidado como um dos vetores dessa agenda, tendo como marco o pavilhão conjunto na COP30. A reativação da Comissão Especial de Educação da Amazônia (CEEDA) também decorre de uma articulação conjunta entre o MEC, a UNAMAZ, o MRE e a OTCA.

Também foram mencionados avanços no fortalecimento de instrumentos de fomento à pesquisa e à cooperação acadêmica, com destaque para editais recentes. Iniciativas como o programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia Legal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que inclui bolsas voltadas à internacionalização na Pan-Amazônia, e editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), orientados à aproximação entre universidades amazônicas e iniciativas produtivas e à permanência de pesquisadores na região, refletem esforços recentes para fortalecer a produção de conhecimento enraizada no território e ampliar a cooperação regional.

Esse conjunto de iniciativas se apoia em uma base institucional já instalada na região, com a presença de mais de 400 instituições de ensino, pesquisa e inovação distribuídas

23. A *Greening Education Partnership* é uma iniciativa global liderada pela UNESCO concebida para preparar estudantes para as mudanças climáticas por meio da incorporação da sustentabilidade nos sistemas educacionais. Um de seus objetivos é que 50% das escolas, faculdades e universidades no mundo sejam certificadas como instituições “verdes” até 2030. Mais informações em: <https://www.unesco.org/en/sustainable-development/education/greening-future>.

pela Amazônia brasileira. Esse capital científico e tecnológico evidencia o potencial existente para impulsionar políticas públicas orientadas à sustentabilidade e fortalecer a cooperação pan-amazônica.

Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais na educação amazônica, incluindo o baixo nível de conhecimento mútuo entre os diferentes territórios da região. Ainda há um desconhecimento significativo entre países sobre suas próprias realidades amazônicas, seus processos históricos e suas dinâmicas sociais, o que limita o aprofundamento da cooperação.

Nesse contexto, foi ressaltada a necessidade de garantir maior acessibilidade à informação e adequação da produção científica à realidade amazônica. O PITCA aponta para caminhos relevantes ao prever a produção de relatórios em múltiplos idiomas, a incorporação de critérios de validade cultural e a adoção de abordagens transdisciplinares, buscando tornar o conhecimento mais acessível, inclusivo e aplicável aos diferentes contextos da região.

Políticas educacionais concebidas em âmbito nacional frequentemente incorporam pouco as especificidades territoriais, sociais e culturais da região, contribuindo para a reprodução de desigualdades. A ausência de currículos interculturais e de políticas voltadas à valorização dos povos indígenas, comunidades tradicionais e locais e populações ribeirinhas limita a capacidade de adaptação dos sistemas educacionais à realidade local.

Foi observada também uma assimetria significativa na infraestrutura educacional e digital entre centros urbanos e áreas de floresta, além da escassez de laboratórios, bibliotecas especializadas e centros de inovação, o que restringe a produção de conhecimento e a articulação regional. A limitada formação e a dificuldade de fixar pesquisadores na Amazônia prejudicam a consolidação de capacidades científicas locais e a construção de uma base de conhecimento enraizada na região. Além disso, o modelo

predominante de formação ainda reproduz, em grande medida, referências externas à região. Participantes apontaram a permanência de visões coloniais nos espaços formais de educação, o que restringe o desenvolvimento de abordagens voltadas às especificidades amazônicas.

A limitada circulação de estudantes e pesquisadores dentro da própria região contribui para a fragilidade de uma identidade amazônica compartilhada. Nesse contexto, a construção de uma **ciência amazônica**, entendida como uma produção de conhecimento orientada às realidades e necessidades da região, depende do fortalecimento de processos regionais de formação, da ampliação da mobilidade acadêmica intra-amazônica e da integração entre instituições, países e sistemas educacionais. Apesar dos recentes editais, a mobilidade acadêmica permanece predominantemente orientada para centros externos, especialmente na Europa, o que reforça a dependência de referências exógenas e dificulta a consolidação de uma base científica regional. A promoção dessa mobilidade intra-amazônica, por meio de bolsas e programas de intercâmbio, surgiu como uma recomendação para avançar na integração regional e no fortalecimento da ciência amazônica.

Por fim, destacou-se um desafio de crescente relevância no contexto global, relacionado ao crescimento da eleição de lideranças com posicionamentos negacionistas em diversas democracias nos últimos anos. Análises em desenvolvimento pelo [Painel Científico para a Amazônia](#)²⁴ buscam avaliar os riscos para a região associados a essa tendência, com o objetivo de fortalecer o papel da ciência na comunicação climática e no apoio a processos decisórios informados.

1.6 NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

O desenvolvimento sustentável na Amazônia depende de uma crescente necessidade de superar paradigmas baseados na exploração

24. Mais informações em: <https://www.google.com/url?q=https://www.sp-amazon.org/br&sa=D&source=docs&ust=1779402577919756&usg=AOvVaw2DaQ0RdpvCcaGamoBDzuG->

intensiva de recursos naturais, em direção a abordagens que integrem conservação ambiental, inclusão social e dinamização econômica. Este processo envolve não apenas a promoção de alternativas como a bioeconomia, mas também a reconfiguração das estruturas de governança, o fortalecimento do papel de atores subnacionais e a incorporação da dimensão urbana nas estratégias de desenvolvimento compatíveis com a conservação do bioma e as realidades territoriais da região.

Floresta em pé e modelos de bioeconomia

O debate sobre bioeconomia tem ganhado centralidade como alternativa aos modelos tradicionais baseados na exploração intensiva de recursos naturais. Dentro desse campo, destaca-se uma compreensão mais ampla sobre a diversidade de abordagens, incluindo a sociobioeconomia, que enfatiza não apenas a geração de renda, mas também a centralidade dos modos de vida, da conservação ambiental, da segurança alimentar e do bem-estar das populações locais, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais e locais. O modelo apoia atividades como o extrativismo sustentável, a produção de alimentos e insumos da biodiversidade (como, por exemplo, castanhas e óleos) e a prestação de serviços ambientais, em contraste com modelos baseados na conversão da floresta para usos agropecuários.

Apesar desse potencial, a participação dessa alternativa na economia ainda é limitada. Foi destacado que, na Amazônia brasileira, os produtos da biodiversidade, como açaí, cacau, castanha, cupuaçu e buriti, ainda representam uma parcela reduzida do PIB, enquanto a pecuária bovina mantém um peso significativamente maior na economia, evidenciando um descompasso entre modelos sustentáveis e atividades econômicas dominantes. Ainda assim, experiências de cooperativas indicam que é possível conciliar conservação com

produtividade e geração de empregos e rendas mais elevadas do que as dos setores agroindustriais, embora ainda enfrentem desafios de escala.

Iniciativas em curso apontam caminhos para a expansão desse modelo. Projetos como o Amazônia 4.0²⁵, voltado à capacitação de comunidades produtoras e à agregação de valor a produtos da biodiversidade, indicam esforços concretos para articular conhecimento, inovação e produção local. Outros exemplos citados foram programas de capacitação de comunidades produtoras de cacau e cupuaçu e a inauguração da primeira biofábrica de chocolate pan-amazônica²⁶, apresentados como prova de que a floresta em pé pode ser economicamente viável e socialmente justa.

Foi destacada a centralidade dos conhecimentos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, que historicamente desenvolveram sistemas agroflorestais complexos e contribuíram para a domesticação e manejo de espécies da biodiversidade amazônica, constituindo uma base fundamental para o desenvolvimento de modelos sustentáveis na região. Iniciativas recentes, incluindo programas estruturados de instituições financeiras regionais, como o Programa Amazônia Sempre²⁷, indicam esforços para consolidar essa agenda. A parceria entre o BID e a OTCA para a construção de uma Estratégia Regional de Bioeconomia também aponta para uma maior coordenação regional.

Apesar desses avanços, modelos de bioeconomia predominantemente orientados ao mercado, incluindo cadeias associadas a grãos, biomassa e biocombustíveis, não capturam plenamente os princípios da sociobioeconomia, que inclui, por exemplo, a garantia de segurança alimentar, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a sustentabilidade dos modos de vida locais. Nesse sentido, **bioeconomia e sociobioeconomia nem sempre são**

25. Mais informações em: <https://amazonia4.org/>.

26. Mais informações em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/12/21/uma-fabrica-de-chocolate-itinerante-pela-amazonia.ghtml>.

27. Mais informações em: <https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/topicos/amazonia>.

convergentes, o que reforça a importância de elevar o protagonismo das populações locais por meio, entre outras medidas, do fortalecimento do papel dos governos subnacionais e locais e do empoderamento das comunidades nos processos de decisão, implementação e acesso a recursos.

Por fim, diante das limitações dos modelos atuais e dos recursos provenientes da filantropia, a conservação da Amazônia depende, igualmente, do engajamento de grandes atores econômicos e das cadeias produtivas globais, incluindo os principais mercados consumidores. É necessário demonstrar que a conservação da floresta também representa um interesse econômico para países importadores, de modo a atrair investimentos e ampliar a escala das ações.

Governança multinível e o papel dos governos subnacionais

Os avanços no reconhecimento do papel estratégico de estados e municípios na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia refletem a consolidação dos governos subnacionais como atores-chave na tradução de compromissos internacionais em ações concretas no nível local, sobretudo quando apoiados por mecanismos que articulam financiamento, cooperação técnica e conhecimento aplicado. Nesse contexto, instituições financeiras regionais têm destacado a importância de fortalecer a capacidade de implementação nos níveis subnacionais.

Ainda assim, as discussões tornaram evidente que o principal gargalo da cooperação amazônica não é a ausência de compromissos políticos nem a escassez absoluta de recursos, mas a dificuldade de alinhar decisões estratégicas à capacidade efetiva de implementação no nível local. Os governos subnacionais, embora centrais nesse processo, são também os que enfrentam maiores limitações institucionais.

Para esse fim, foi proposta a criação de uma força-tarefa voltada ao fortalecimento de suas capacidades, com foco em investimentos, qualificação e capacitação continuada de gestores locais, em articulação com os governos nacionais, para viabilizar uma transformação de baixo para cima. O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal também foi mencionado como um modelo promissor de captação e coordenação subnacional que poderia ser ampliado no âmbito da OTCA, contribuindo para encurtar o circuito entre o nível regional e local.

Foi ressaltado que nem sempre é necessário desenvolver novas soluções, havendo programas já em curso com potencial de adaptação e replicação. O Programa Periferia Viva²⁸ do Ministério das Cidades foi citado como exemplo de iniciativa de relativamente baixo custo que articula gestão urbana, ação climática e redução de riscos, com forte integração entre saberes comunitários e conhecimento científico.

Desenvolvimento urbano amazônico

A agenda urbana passa a ser cada vez mais reconhecida como central para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Iniciativas recentes apontam para avanços concretos. O Fórum de Cidades Amazônicas²⁹, criado às margens da Cúpula da Amazônia de Belém em 2023, foi destacado como um avanço relevante ao articular governos locais da Pan-Amazônia em torno de soluções conjuntas para desenvolvimento sustentável, resiliência urbana e preservação ambiental. Uma possível integração formal do Fórum à OTCA foi destacada como forma de posicionar a agenda urbana no centro da cooperação regional. A iniciativa Programa Amazônia Sempre, mencionada anteriormente, serve também como instrumento de apoio a governos subnacionais. A Carta de Prefeitos³⁰ produzida durante a COP30 reforça esse movimento e demonstra a disposição

28. Mais informações em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/periferias/periferia-viva>.

29. Mais informações em: <https://www.redus.org.br/foro-de-cidades-amazonicas>.

30. Mais informações em: <https://fnp.org.br/noticias/item/3652-carta-de-prefeitas-e-prefeitos-da-fnp-para-a-cop-30>.

política de fortalecer a cooperação entre os gestores locais.

Esse avanço ocorre em um contexto em que as cidades concentram a maior parte da população amazônica. Cerca de 70% da população da Amazônia reside em áreas urbanas³¹, mas seguem sub-representadas nas estratégias de cooperação. As cidades amazônicas apresentam características estruturais singulares, como baixa densidade populacional, isolamento geográfico, predominância de centros de pequeno e médio porte, forte dependência de transporte fluvial e déficits acentuados em saneamento, habitação e infraestrutura. Tais especificidades limitam a aplicação de modelos convencionais de desenvolvimento urbano e exigem abordagens adaptadas, que ainda são pouco consolidadas. Instrumentos que se concentram nos níveis centrais de governo sem alcançar de forma efetiva os territórios onde vive a maioria das populações – e onde decisões sobre uso do solo, saneamento, mobilidade e serviços urbanos têm impacto

A degradação das cidades e a degradação do bioma configuram processos interdependentes, reforçando a necessidade de integração entre essas agendas.

direto sobre o bioma – negligenciam essa realidade.

Nesse sentido, consolidou-se ao longo das discussões o entendimento de que não há sustentabilidade ambiental sem sustentabilidade urbana, nem justiça climática dissociada da justiça urbana. A degradação das cidades e a degradação do bioma configuram processos interdependentes, reforçando a necessidade de integração entre essas agendas. A sustentabilidade do bioma está, portanto, diretamente condicionada à sustentabilidade das populações urbanas.

Apesar disso, persiste o desafio de incorporar de forma mais estruturada a dimensão urbana na cooperação regional. Embora a implementação das políticas públicas seja necessária no nível local,

cidades e governos municipais seguem sub-representados nos espaços de decisão, o que limita a efetividade das estratégias adotadas e evidencia a necessidade de reposicionar o desenvolvimento urbano como eixo central da cooperação amazônica.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS DA COP30 PARA A AMAZÔNIA

A COP30, realizada em Belém em novembro de 2025, foi avaliada como um marco relevante para a agenda amazônica, especialmente diante do cenário geopolítico e multilateral adverso. Este contexto foi agravado por um descompasso significativo entre as metas climáticas necessárias e os compromissos assumidos: para manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C,

seria necessária uma redução coletiva de emissões de 43% até 2030³², enquanto as NDCs apresentadas pelos países apontam para apenas 9%. A conferência também consolidou a centralidade da Amazônia para o cumprimento das metas climáticas globais, reforçando o papel do bioma na estabilidade climática e na segurança alimentar e energética. Seus resultados

31. World Economic Forum, *Securing Amazonia cities for a resilient and sustainable planet*, 2025. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2025/06/securing-amazonian-cities-for-sustainable-planet/>.

32. IPCC. *Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>

foram analisados a partir de três dimensões principais: dimensão política, dimensão normativa e dimensão de implementação.

2.1 DIMENSÃO POLÍTICA

No plano político, destacou-se o fortalecimento do entendimento de que a ação climática precisa ser acelerada, consolidando direções já sinalizadas desde 2023, como o afastamento do uso de combustíveis fósseis e a reversão do desmatamento florestal. Embora não tenha havido consenso para incorporar formalmente esses temas ao processo normativo, observou-se, durante a COP30, um esforço significativo para evitar sua marginalização nas negociações. Destacou-se nas discussões que, como resposta, a Presidência da COP30 anunciou que irá liderar a elaboração de dois mapas do caminho sobre esses temas (o “Mapa do Caminho pela Transição para o Afastamento dos Combustíveis Fósseis de Forma Justa, Ordenada e Equitativa” e o “Mapa do Caminho pelo Fim e pela Reversão do Desmatamento e da Degradação Florestal até 2030”), fora do processo multilateral formal, mas com relevância política, acompanhados de um processo aberto de contribuições³³ com participação de governos e atores da sociedade civil.

2.2 DIMENSÃO NORMATIVA

Foram adotadas 56 decisões por consenso, abrangendo todos os pilares do regime climático: mitigação, adaptação, financiamento, transferência de tecnologia e capacitação. Entre os resultados, destacam-se dois elementos particularmente relevantes para a Amazônia: o compromisso de triplicar o financiamento internacional para adaptação e o reconhecimento, pela primeira vez, das terras indígenas como instrumento de política de mitigação. Este último inclui, nas decisões sobre ciência e tecnologia, o reconhecimento dos saberes tradicionais como parte das políticas climáticas. O papel do Brasil na condução do processo foi ressaltado ao articular e consolidar o consenso entre 194 países em torno da inclusão desses elementos.

2.3 DIMENSÃO DE IMPLEMENTAÇÃO

A conferência também evidenciou uma mudança de foco, com maior ênfase na implementação, refletindo a percepção de que os principais desafios residem na execução das soluções em escala e com velocidade compatível com a urgência climática. No campo da implementação, destacou-se o lançamento do TFFF. O fundo representa uma inovação na arquitetura do financiamento climático ao propor um mecanismo de investimento voltado à remuneração da conservação florestal, respondendo à necessidade de ampliar e diversificar as fontes de financiamento, inclusive para além dos instrumentos tradicionais previstos no Acordo de Paris. No entanto, conforme mencionado, o contexto geopolítico atual apresenta desafios na mobilização de recursos e na consolidação de compromissos internacionais, o que pode afetar a escala e a previsibilidade do financiamento climático.



33. Mais informações em: <https://cop30.br/pt-br/paises-e-organizacoes-enviam-contribuicoes-para-mapas-do-caminho-da-presidencia-da-cop30>.

Boas práticas dos países amazônicos: ação climática e proteção socioambiental

Diversas iniciativas de ação climática e proteção socioambiental nos países amazônicos foram apresentadas ao longo do workshop, muitas já abordadas nas seções anteriores. A tabela a seguir

sistematiza essas boas práticas, com foco em experiências nacionais e subnacionais, para além das iniciativas conduzidas no âmbito da OTCA.

Iniciativas e boas práticas			
Área/Tema	Iniciativa / Instrumento	País/ Afor	Aprendizado / Oportunidade
Sociobioeconomia	Projeto Amazônia 4.0 (exemplo: biofábrica de chocolate com comunidades produtoras de cacau e cupuaçu)	Brasil	Cooperativas florestais podem gerar mais empregos e renda por área do que o agronegócio; desafio central é a escala.
Proteção territorial	Declaração da Amazônia colombiana como “zona de reserva de recursos naturais renováveis”	Colômbia	Decisão unilateral com potencial de referência regional, que reconhece o caráter transfronteiriço do bioma e estabelece proteção abrangente contra mineração e hidrocarbonetos.
Governança institucional	Criação da Direção de Assuntos Amazônicos e Comissão Nacional	Peru	Estrutura governamental específica que fortalece a coordenação interna e amplia a capacidade de implementação e articulação regional.
Conservação ambiental	País com balanço de carbono negativo e cobertura florestal superior a 90%	Suriname	Países com alta cobertura florestal e baixas emissões podem transformar esse ativo em poder de negociação para acessar financiamento climático, especialmente por meio de articulação regional.

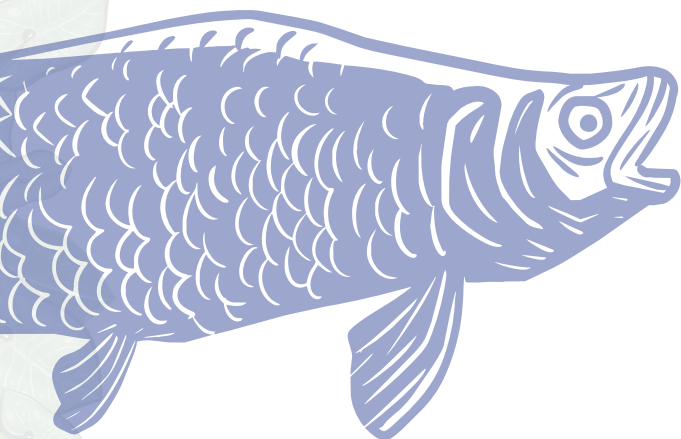
Continua ►

Iniciativas e boas práticas			
Área/Tema	Iniciativa / Instrumento	País/ Ator	Aprendizado / Oportunidade
Financiamento climático e desenvolvimento sustentável	Programa Amazônia Sempre	BID	Plataforma de investimentos em bioeconomia, cidades resilientes, combate ao desmatamento e inclusão social.
Gestão urbana e climática	Programa Periferia Viva	Brasil (Ministério das Cidades / ICLEI)	Programa que articula gestão urbana, gestão climática, redução de riscos e fortalecimento de saberes comunitários a custo relativamente baixo; modelo pode servir de referência para cidades amazônicas.
Governança subnacional	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal	Brasil	Exemplo de coordenação subnacional com potencial de ampliação para a cooperação regional.
Desenvolvimento urbano	Fórum de Cidades Amazônicas	Diversos atores (Potencial integração à OTCA)	Articulação de governos locais para troca de boas práticas e soluções conjuntas em desenvolvimento sustentável e resiliência urbana.
Educação e mobilidade acadêmica	Programas de bolsas e mobilidade acadêmica intra-amazônica	Brasil	Mobilidade necessária para o desenvolvimento da “identidade e ciência amazônica” por meio do intercâmbio de estudantes na Pan-Amazônia.
Sociobioeconomia Direitos territoriais e conservação	Mapeamento da Amazônia quilombola	Brasil (ISA e CONAQ)	Primeiro mapa sobre presença desses povos na Amazônia brasileira; potencial de conservação de territórios ainda sub-representados na cooperação regional

Continua ▶

Iniciativas e boas práticas

Área/Tema	Iniciativa / Instrumento	País / Afor	Aprendizado / Oportunidade
Combate a crimes ambientais	Iniciativas de rastreabilidade: Ouro Alvo (ouro) e Proflora (madeira)	Brasil (Polícia Federal)	Rastreabilidade como instrumento de investigação que alcança financiadores e beneficiários dos crimes
Monitoramento territorial	Programa Brasil M.A.I.S	Brasil	Imagens de satélite de alta resolução com atualização diária para monitoramento de atividades ilegais; proposta de adesão dos demais países amazônicos ao contrato ampliaria cobertura regional
Conhecimento tradicional	Comitê de diálogo no PITCA	PITCA	Integração sistemática de saberes indígenas e científicos como inovação de governança científica: validade cultural como critério tão importante quanto rigor científico



Próximos passos: oportunidades de articulação entre países e parceiros externos

A cooperação pan-amazônica não se constrói apenas a partir de seus desafios estruturais, mas também das oportunidades de articulação que emergem em diferentes níveis (regional, internacional e multilateral). Apesar do contexto geopolítico adverso, as discussões identificaram algumas oportunidades de articulação que abrem espaços relevantes para o fortalecimento da cooperação entre países amazônicos e para o engajamento com parceiros externos, incluindo instituições financeiras, plataformas multilaterais e outras regiões estratégicas. Nesse cenário, a capacidade de alinhar agendas e mobilizar recursos se apresenta como elemento central para ampliar a projeção internacional da Amazônia e reforçar suas prioridades.

A VI Cúpula de Presidentes da OTCA, prevista para 2027 no Equador, foi apontada como o próximo horizonte político relevante para a cooperação pan-amazônica. A possível entrada em vigor da emenda ao TCA, que formaliza a reunião de presidentes como instância máxima decisória da organização, tende a conferir maior peso político a esse processo.

No plano multilateral, o chamado para construção dos mapas do caminho lançados pela Presidência da COP30, sobre florestas e afastamento de combustíveis fósseis, foram mencionados como janela de participação para países e organizações da região.

As instituições financeiras de desenvolvimento, como o BID, o CAF e o BNDES, foram identificadas como parceiras com capilaridade para apoiar os estados e municípios da região. A Coalizão Verde de bancos para o desenvolvimento amazônico foi mencionada como plataforma de articulação entre essas instituições.

Por fim, a construção de posições comuns entre regiões com características similares pode fortalecer sua influência nas negociações climáticas e de biodiversidade. A possibilidade de articulação com outras regiões florestais tropicais, como a Bacia do Congo, foi destacada como uma oportunidade estratégica ainda pouco explorada. Mais do que uma agenda de solidariedade ambiental, essa aproximação pode ampliar o poder de influência desses blocos ao permitir uma atuação coordenada em temas como financiamento climático e adaptação. No contexto atual de retração do multilateralismo e de pressões geopolíticas sobre o financiamento climático, uma coalizão entre blocos florestais tropicais tem potencial para reequilibrar a assimetria de poder nas negociações com países do Norte Global, incluindo nas discussões sobre o TFFF, no financiamento para adaptação e nos mapas do caminho lançados pela Presidência da COP30. Para a OTCA, essa articulação pode representar a consolidação de seu papel como voz da Amazônia para o mundo, e não apenas como fórum interno dos países-membros.

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O LONGO PRAZO E RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECER A IMPLEMENTAÇÃO E A COOPERAÇÃO REGIONAL

Ao longo das discussões, consolidou-se um conjunto de prioridades de longo prazo para a Amazônia:

1. Fortalecimento da capacidade institucional para implementação

A amplitude dos compromissos assumidos contrasta com as limitações institucionais, técnicas e financeiras enfrentadas pelos

países e pela própria OTCA. Nesse contexto, o fortalecimento das capacidades institucionais nos níveis regional, nacional e subnacional, incluindo a articulação com diferentes setores de governo, foi identificado como condição essencial para avançar na implementação efetiva da agenda amazônica.

2. Financiamento climático em escala e com impacto territorial

O desafio do financiamento climático na Amazônia não se limita à mobilização de recursos, mas envolve também sua alocação, governança e capacidade de gerar resultados concretos nos territórios. Apesar do aumento recente de iniciativas e instrumentos financeiros, permanece um descompasso entre o volume de recursos disponíveis e as necessidades de transformação estrutural da região.

A construção de mecanismos equitativos, previsíveis, acessíveis e de longo prazo foi apontada como prioridade estratégica, incluindo instrumentos que valorizem os benefícios gerados pela floresta em pé e garantam que esses recursos cheguem de forma efetiva aos níveis subnacionais e às comunidades responsáveis por sua implementação.

3. A sociobioeconomia como modelo econômico alternativo

Na Amazônia, a sociobioeconomia ainda representa uma parcela reduzida do PIB, enquanto atividades não sustentáveis mantêm um peso significativamente maior na economia regional. Reverter essa lógica e tornar a floresta em pé economicamente mais atrativa foi apontado como um dos principais desafios de longo prazo.

As iniciativas já existentes, como cooperativas, cadeias da sociobioeconomia e programas de restauração com remuneração a comunidades, demonstram viabilidade, mas ainda operam em escala limitada diante da magnitude do desafio. Nesse contexto, instrumentos como o TFFF, programas de restauração florestal e políticas voltadas à sociobioeconomia precisam avançar de forma articulada e em maior escala ao longo da próxima década.

4. A construção de uma identidade amazônica compartilhada

Os países amazônicos ainda apresentam níveis limitados de conhecimento mútuo, o que dificulta o fortalecimento da cooperação regional. Ao mesmo tempo, persistem influências de visões externas à região na formulação de políticas, na produção de conhecimento e na construção de imaginários sobre a Amazônia.

Nesse sentido, a construção de uma identidade amazônica compartilhada foi apontada como um objetivo-chave, a ser promovido por meio de políticas públicas coordenadas, programas de mobilidade acadêmica, fortalecimento de redes científicas e ampliação de espaços de diálogo entre comunidades de diferentes países.

5. Dados, conhecimento e legitimidade na governança amazônica

A produção e o uso de dados na Amazônia levantam questões importantes sobre sua legitimidade no âmbito da tomada de decisão. Questões como quem produz os dados, quais metodologias são adotadas e quais saberes são reconhecidos como válidos influenciam diretamente a formulação de políticas públicas.

A integração entre informações quantitativas e conhecimentos dos territórios, incluindo os saberes de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais, foi identificada como um desafio central. Mais do que uma questão técnica, trata-se de um tema que envolve legitimidade e influência na definição de prioridades e caminhos para a região.

Nesse contexto, o PITCA, por meio de seu comitê de diálogo, foi apontado como um mecanismo promissor de interculturalidade para avançar nessa agenda. Sua efetividade, no entanto, dependerá da capacidade de promover uma integração real entre diferentes sistemas de conhecimento, valorizando igualmente os saberes tradicionais e o conhecimento científico.

Recomendações para fortalecer a implementação e a cooperação regional

Frente aos elementos discutidos ao longo do workshop, foram construídas as seguintes recomendações:

Para os países-membros da OTCA

- * **Preparar a VI Cúpula da Amazônia de 2027 com resultados concretos de implementação**, fortalecendo o posicionamento da Amazônia na agenda internacional.
- * **Ratificar a emenda ao TCA** que formaliza a Reunião de Presidentes como instância máxima, garantindo que a VI Cúpula da Amazônia ocorra sob essa nova arquitetura.
- * **Avançar na autonomia financeira da OTCA para assegurar sua capacidade de coordenação frente à ampliação da agenda regional**, inclusive por meio de seu reconhecimento como agência implementadora junto a fundos como o Green Climate Fund (GCF) e o Global Environmental Facility (GEF), permitindo a captação direta de recursos para projetos, programas e políticas, e pelo aumento de contribuições financeiras de alguns países-membros à Secretaria Permanente da OTCA, reconhecendo as assimetrias e as diferentes capacidades.
- * **Definir, até o final de 2026, os critérios nacionais de acesso ao TFFF para povos indígenas e comunidades tradicionais e locais**, em consulta genuína com esses grupos, para viabilizar o acesso direto ao financiamento nos territórios.
- * **Fortalecer a articulação interministerial**, assegurando maior coerência entre políticas nacionais e compromissos regionais.
- * **Estabelecer e/ou reativar mecanismos nacionais de coordenação da agenda amazônica**, para fortalecer a implementação integrada das Declarações de Belém e de Bogotá no âmbito nacional.
- * **Ampliar o apoio institucional e financeiro a governos subnacionais**, reconhecendo seu papel central na implementação das políticas no nível local.

Para a Secretaria Executiva da OTCA

- * **Avançar na operacionalização do MACA**, com critérios de alocação orientados pelos relatórios do PITCA, para assegurar que a destinação de recursos para iniciativas de cooperação regional sejam orientados por evidências.
- * **Integrar o Fórum de Cidades Amazônicas à estrutura formal da Organização**, posicionando a agenda urbana no centro da cooperação regional.
- * **Concluir o lançamento formal e a operacionalização do PITCA**, assegurando a interoperabilidade com o ORA para fortalecer sua capacidade de orientar decisões baseadas em evidências.
- * **Apoiar a expansão do ORA para integrar dados sociais e humanos**, de modo a orientar a formulação de políticas mais eficazes e alinhadas às realidades territoriais da Amazônia.
- * **Acelerar a integração operacional entre países no combate a crimes ambientais**, com troca de inteligência em tempo real e uso compartilhado de ferramentas de monitoramento.

- * **Coordenar, junto aos países, o processo de definição dos critérios de acesso dos povos indígenas ao TFFF.**
- * **Ampliar a capacidade técnica da OTCA,** incorporando e fortalecendo funções de sistematização de dados, difusão de boas práticas e apoio à formulação de políticas.
- * **Concluir a instalação das comissões especiais pendentes,** para integrar áreas temáticas e coordenar decisões regionais.
- * **Estruturar e formalizar a OTCA Social** como mecanismo permanente de participação social na governança regional, contribuindo para a tradução de demandas territoriais em políticas públicas.
- * **Estruturar mecanismos regulares de monitoramento da implementação das Declarações,** com indicadores comparáveis entre países, para acompanhar o progresso e identificar lacunas na implementação.

Para os bancos de desenvolvimento e parceiros financeiros

- * **Fortalecer a Coalizão Verde de bancos para o desenvolvimento amazônico,** com foco em financiamento direto a territórios e populações indígenas e comunidades tradicionais e locais, reduzindo barreiras como custos operacionais elevados, excesso de intermediação, burocracia e exigências técnicas.
- * **Assegurar que instrumentos de cooperação e financiamento alcancem efetivamente os territórios,** especialmente cidades de pequeno e médio porte e áreas remotas.
- * **Apoiar a qualificação de gestores estaduais e municipais,** para ampliar sua capacidade de absorção de recursos, sua execução de projetos e políticas, e sua geração de impacto no nível local.
- * **Expandir mecanismos de financiamento não reembolsável e instrumentos de garantia,** que permitam alcançar comunidades sem aprofundar o endividamento.
- * **Alinhar os fluxos financeiros aos objetivos climáticos e de conservação,** evitando incentivos e financiamento de atividades que contribuam para a degradação ambiental.
- * **Apoiar instrumentos que valorizem a floresta em pé,** incluindo mecanismos de incentivos e remuneração por conservação florestal e restauração.

Para a sociedade civil e a academia

- * **Contribuir e acompanhar ativamente os mapas do caminho** da Presidência da COP30 sobre florestas e combustíveis fósseis.
- * **Avançar na construção de indicadores territoriais,** que integrem dados quantitativos e conhecimentos tradicionais.
- * **Sistematizar e difundir experiências e boas práticas implementadas nos territórios,** para apoiar sua replicação em outros contextos da região.
- * **Contribuir para a construção e consolidação de canais de participação, incluindo a OTCA Social,** buscando garantir o envolvimento da sociedade civil nos processos decisórios e contribuir para a tradução de demandas territoriais em políticas públicas.

Recomendações transversais

- * **Assegurar que os instrumentos, políticas e recursos mobilizados se traduzam em impacto concreto nos territórios,** especialmente em áreas remotas e entre populações historicamente sub-representadas.
- * **Promover a construção de uma identidade amazônica compartilhada,** por meio do fortalecimento de redes científicas, intercâmbios acadêmicos e espaços de diálogo entre comunidades da região.



Considerações Finais

A segunda edição do workshop Cooperação Internacional pela Amazônia apontou para um momento de inflexão na agenda amazônica. Com a consolidação de instrumentos políticos, financeiros e institucionais, o desafio central está na implementação efetiva, equitativa e em escala, com impacto concreto nos territórios.

Esse cenário exige um esforço coordenado para fortalecer a capacidade de implementação nos diferentes níveis de governança, ampliar o acesso a financiamento e assegurar maior articulação entre políticas, dados e conhecimento. A capacidade da cooperação regional de produzir resultados dependerá da tradução de agendas em impactos concretos para as populações que vivem na Amazônia. A necessidade de alinhar incentivos econômicos, especialmente no financiamento climático, e de fortalecer o acesso e o protagonismo de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais na implementação das soluções ganha centralidade. Nesse contexto, o fortalecimento institucional da OTCA se consolida como condição central para o avanço da cooperação regional.

Avançar na implementação das Declarações de Belém e de Bogotá implica conciliar ambição e pragmatismo, promovendo maior integração regional mesmo diante de assimetrias entre países. Mais do que novos compromissos, o momento demanda consolidar capacidades, acelerar a execução e garantir que as soluções alcancem os territórios, onde está a real demanda.

A segunda edição do workshop Cooperação Internacional pela Amazônia apontou para um momento de inflexão na agenda amazônica. Com a consolidação de instrumentos políticos, financeiros e institucionais, o desafio central está na implementação efetiva, equitativa e em escala, com impacto concreto nos territórios.

Esse cenário exige um esforço coordenado para fortalecer a capacidade de implementação nos diferentes níveis de governança, ampliar o acesso a financiamento e assegurar maior articulação entre políticas, dados e conhecimento. A capacidade da cooperação regional de produzir resultados dependerá da tradução de agendas em impactos concretos para as populações que vivem na Amazônia. A necessidade de alinhar incentivos econômicos, especialmente no financiamento climático, e de fortalecer o acesso e o protagonismo de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais na implementação das soluções ganha centralidade. Nesse contexto, o fortalecimento institucional da OTCA se consolida como condição central para o avanço da cooperação regional.

Avançar na implementação das Declarações de Belém e de Bogotá implica conciliar ambição e pragmatismo, promovendo maior integração regional mesmo diante de assimetrias entre países. Mais do que novos compromissos, o momento demanda consolidar capacidades, acelerar a execução e garantir que as soluções alcancem os territórios, onde está a real demanda.



Sobre a Plataforma CIPÓ

A Plataforma CIPÓ é um instituto de pesquisa brasileiro dedicado à promoção da cooperação internacional para impulsionar a ação climática e o desenvolvimento sustentável, com foco nas demandas e prioridades do Sul Global.

A CIPÓ desenvolve pesquisa baseada em evidências e promove diálogos e articulações entre múltiplos atores, com o objetivo de fortalecer políticas públicas e promover modelos de governança inclusivos e eficazes, conectando o nível local ao global.

Fundada em 2020 e com sede no Rio de Janeiro, a organização independente e sem fins lucrativos é liderada por mulheres e conta com uma equipe de especialistas em pesquisa, advocacy e comunicação, que opera a partir de diversos municípios e estados brasileiros e no exterior.



Sobre a UNAMAZ

Rede Pan-amazônica, única em seu gênero, a UNAMAZ estabelece um diálogo permanente entre Universidades, Instituto de Educação Superior de Ciência, Tecnologia, Educação, Inovação e Pesquisa, que conformam os Capítulos Nacionais da Associação, em cada um dos Países amazônicos, membros do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

Sua missão é promover a integração e a cooperação acadêmica para fortalecer, como bem público, a educação superior, a pesquisa científica e a integração social para o desenvolvimento humano sustentável da Pan-Amazônia, com pertinência social e ambiental.



Anexo 1 - Instituições Representadas*

*Em ordem alfabética

ACT Brasil | Aliança Jurídica pela Amazônia (AJA) | Assembleia Mundial pela Amazônia | Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) | Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) | Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) | Banco Mundial | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) | Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI-Amazônia) | Centro de Estudos Amazônia Sustentável da Universidade de São Paulo | Centro Soberania e Clima | Climate and Land Use Alliance (CLUA) | Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura | Climate Action Network Latinoamérica (CANLA) | Coletivo Maparajuba | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) | Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) | Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal | Embaixada da Colômbia no Brasil | Embaixada do Equador no Brasil | Embaixada do Peru no Brasil | Embaixada do Suriname no Brasil | Embaixada da Venezuela no Brasil | Enviado Especial para a COP30 do Brasil | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) | Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA) | Green Screen Climate Justice and Digital Rights Coalition | Greenpeace Brasil | ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade (América do Sul) | Instituto Clima e Sociedade (iCS) | Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) | Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) | Instituto Igarapé | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) | Instituto Socioambiental (ISA) | Instituto Talanoa | LACLIMA | Latindadd | Ministério das Cidades do Brasil | Ministério da Educação do Brasil (MEC) | Ministério dos Povos Indígenas do Brasil (MPI) | Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil | Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) | Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA) | Organismo Internacional de Juventude para Ibero-América (OIJ) | Observatório Regional Amazônico (ORA) | Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) | Painel Científico para a Amazônia | Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia | Parlamento Amazônico (PARLAMAZ) | Plataforma CIPÓ | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA-Brasil) | Porticus | Rede Amazônica de Informações Socioambiental Georreferenciada (RAISG) | Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil) | Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República | Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil | Serviço Florestal Brasileiro | Universidade de São Paulo (USP) | Universidade de Brasília (UnB) | WWF-Brasil

Anexo 2 - Tabela de iniciativas no âmbito da OTCA*

*A tabela reflete o conteúdo das discussões realizadas ao longo do workshop e não constitui uma lista oficial ou exaustiva das iniciativas no âmbito da OTCA.

Iniciativa	Tipo	Estágio
Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transfronteiriços e Transnacionais (CESPIT)	Comissão especial	Reativada
Comissão Especial de Saúde da Amazônia (CESAM)	Comissão especial	Reativada
Comissão Especial de Meio Ambiente e Mudança do Clima (CEMAC)	Comissão especial	Em reativação
Comissão Especial de Ciência e Tecnologia da Amazônia (CECTA)	Comissão especial	Reativada
Comissão Especial de Educação da Amazônia (CEEDA)	Comissão especial	Em reativação
Comissão Especial de Assuntos Indígenas da Amazônia (CEAIA)	Comissão especial	Em instalação
Comissão Especial de Transporte, Infraestrutura e Comunicações da Amazônia (CETICAM)	Comissão especial	Em instalação
Comissão Especial de Turismo da Amazônia (CETURA)	Comissão especial	Em instalação
Rede Amazônica de Autoridades de Água (RADA)	Rede de autoridades	Em funcionamento
Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF)	Rede de autoridades	Em funcionamento
Rede Amazônica de Autoridades Florestais (RAFO)	Rede de autoridades	Em funcionamento
Rede Amazônica de Serviços Meteorológicos (RAM)	Rede de autoridades	Em funcionamento
Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas (MAPI)	Mecanismo	Em funcionamento

Continua ►

Iniciativa	Tipo	Estágio
Mecanismo Amazônico para Cooperação e Ação (MACA)	Mecanismo financeiro	Em desenvolvimento
Emenda ao TCA – Reunião de Presidentes como instância máxima	Emenda ao tratado	Aguarda ratificação
Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI-Amazônia)	Centro operacional	Em funcionamento
Observatório Regional Amazônico (ORA)	Observatório	Em expansão
Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia (PITCA)	Painel científico	Em desenvolvimento
Fórum das Cidades Amazônicas	Fórum	Potencial integração à OTCA
Nova Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA)	Estratégia	Em desenvolvimento
Estratégia Regional de Bioeconomia	Estratégia	Em desenvolvimento
Estratégia de Soberania e Segurança Alimentar	Estratégia	Em desenvolvimento
Estratégia de Economias Sustentáveis	Estratégia	Em desenvolvimento
Estratégia de Desastres e Riscos Ambientais	Estratégia	Em desenvolvimento

